

ISSN 2318-6275



9 772318 627002 >

Revista Memória LGBT - Ed. 6 - Ano 2 - dez/fev 2014

REVISTA MEMÓRIA **LGBT**

www.memorialgbt.com

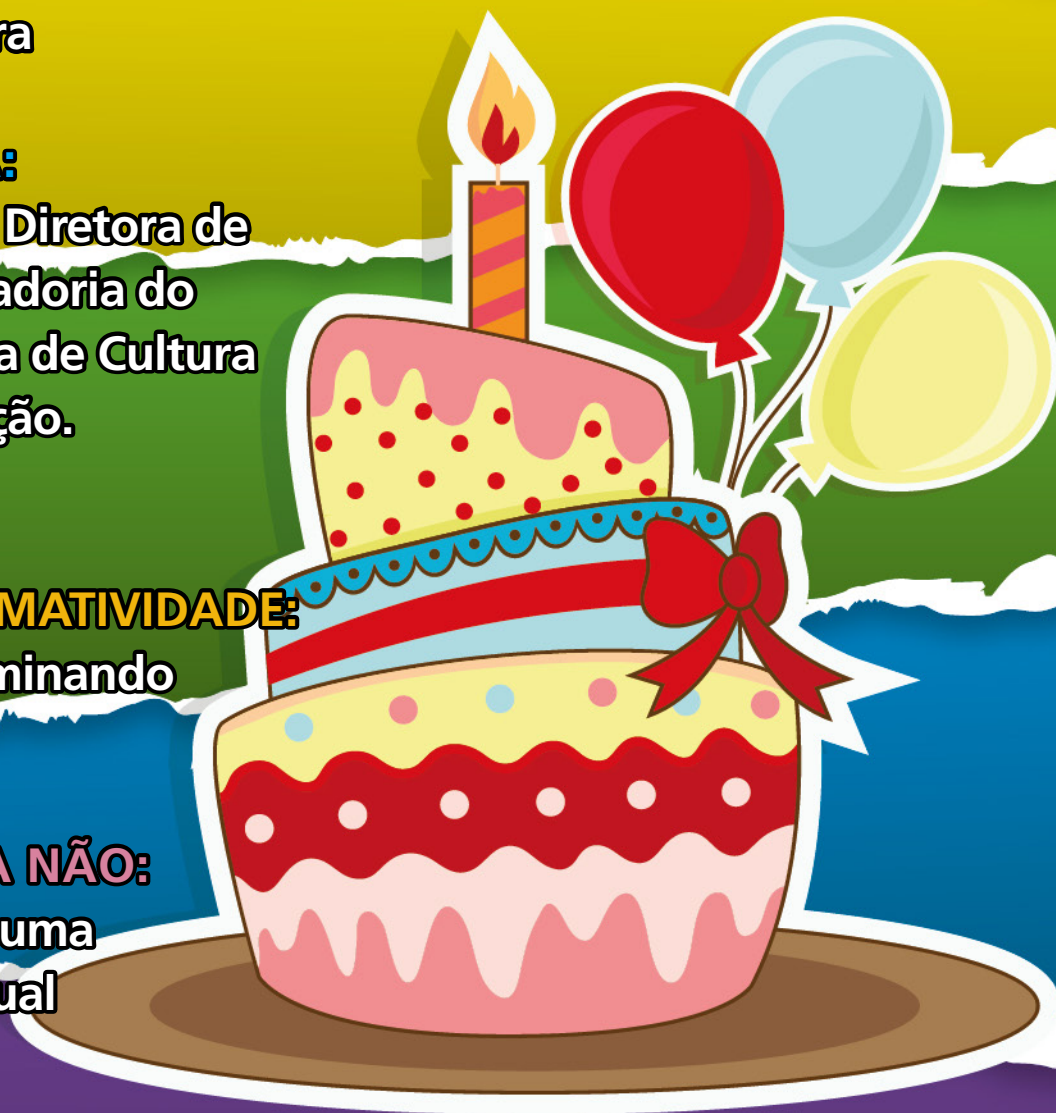
「 1 ano 」

O MISS GAY: Patrimônio de Juiz de Fora

ENTREVISTA:
Eliana Simas, Diretora de Acervo e Curadoria do Instituto Lotta de Cultura e Arte-Educação.

ESCOLA E HETERONORMATIVIDADE:
Educar discriminando

DIA SIM, DIA NÃO:
A história de uma jovem bissexual



Expediente
Revista Memória LGBT
Ano 2 Nº 1 – Ed. 6
Dezembro/Feveiro
ISSN 2318-6275
www.memorialgbt.com
revista@memorialgbt.com

Editor
Tony Boita

Redação
Aline Inforsato, Henrique Caproni
e Tony Boita

Direção de Arte
Aline Inforsato

Corpo Editorial
Danielle Agostinho
Jean Baptista
Tony Boita
Treyce Ellen Goulart
Wellington Pedro da Silva

Website
Aham! Comunicação Interativa

Contato
contato@memorialgbt.com

Editor
tony@memorialgbt.com

Redação
revista@memorialgbt.com

Agradecimentos

Eliana Simas, Comissão Organizadora do VII ENEMU, Henrique Caproni, Marco Aurélio Máximo Prado, ALAN VILLELA BARROSO, Bruno Silva Kauss, Edgar Ribeiro Júnior, Araújo, B.S., Rede LGBT de Memória e Museologia Social, Comissão Organizadora da Teia da Memória, Hagá Galvão, Leonardo Ferreri, Francis F. Souza

Todos os direitos reservados a
Editora Nós

Distribuição Gratuita.

Você poderá pesquisar, comunicar e estudar a
Revista Memória LGBT desde que autorizado.

Entre em contato:
contato@memorialgbt.com

Editorial

Tony Boita

Em 20 de novembro de 2013 foi lançada em seu website a **Revista Memória LGBT**. Ao longo de um ano, publicamos cinco edições com temas inéditos que questionam a ausência de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais (...) nos Museus e espaços de memória. Durante esse período, estimulamos pesquisas e reflexões sobre uma matriz heterossexual que recobre as casas de memória no Brasil. Em conjunto, cobrimos eventos e recebemos matérias de diferentes países da América Latina, bem como, leitorxs e colaboradorxs dos cinco continentes.

Nesta edição de aniversário, a **Revista Memória LGBT** debate o direito à memória. Inicialmente Henrique Caproni, nos apresenta o Miss Brasil Gay que já é patrimônio de Juiz de Fora. Em seguida, Bruno Silva Kauss e Edgar Ribeiro Júnior discutem o reconhecimento do direito à diferença em uma sociedade multicultural. Posteriormente, Leonardo Ferreri, denuncia a violência rotineira a uma adolescente lésbica. O psicanalista Araújo, discute a necessidade de enfrentar os fantasmas. E para encerrar essa edição, Alan Vilela Barroso nos ensina a educar discriminando.

A **Revista Memória LGBT** é uma revista bimestral e vinculada ao projeto Patrimônio Cultural LGBT e museus: mapeamento e potencialidades de memórias negligenciadas. É apoiada pela Rede LGBT de Memória e Museologia Social. Destacamos também que ela é um espaço aberto para a população LGBT, bem como redes, coletivos, cooperativas, comunidades, grupos, militantes, projetos, pesquisas, boletins e outras ações que promovam a memória, história e o patrimônio cultural de nossa comunidade LGBT.

Vida Longa a **Revista Memória LGBT!**

Acesse: memorialgbt.com



/revistamemorialgbt



/memorialgbt

SUMÁRIO

Depoimentos

Palavra d@s LeitorXs04

Memórias

O Miss Brasil Gay - Patrimônio de Juiz de Fora06

Revista Memória LGBT no Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia10

Entrevista

Conheça Eliana Simas, Diretora de Acervo e Curadoria do Instituto Lotta12

Sociedade Homosbotransfóbica

Reconhecimento do Direito à Diferença na Sociedade Multicultural Brasileira20

Dia sim, dia não22

Homofobia e Heteronormatividade no Trabalho24

Direitos LGBT: Desigualdades e Equivalências28

A Necessidade de Enfrentar os Fantasmas30

Escola e Heteronormatividade: Educar Discriminando32

Dicas

Sugestões Bibliográficas36

Rede LGBT de Memória e Museologia Social

6º Fórum Nacional de Museus em Belém38

Palavra d@ LeitorXs

Colabore você também por meio do Twitter ou Facebook, enviando sua mensagem, artigos e relatos sobre a memória e a história LGBT.

Que lyndo, Cristiano! Suas palavras são como sinais de um farol no meio de um breu decadente.

Vitória Fox

(Sobre a matéria "Racismo, Machismo ou Homofobia. O que dói mais?" de Cristiano Lucas Ferreira)

A galera de Goiás super atuante!

*Blog Memória/História
Mhb-Mlgbt*

Iniciativa incrível dessa edição!
Comentei com um amigo hj sobre a visibilidade lésbica, muitas vezes esquecida por veículos como revistas, etc... Parabéns!!!

Karyna Dutra

Muito obrigada pela matéria a meu respeito nas páginas 50 e 51, já compartilhei o link da revista no Facebook e irei divulgar em meus blogs

também, pois, esta revista é muito importante para o movimento LGBT!
Obrigada por tudo!

Bruna Santiago

Esta capa está especialmente linda! Rs

Rita Colaço


Nossa história em Revista!

Cristiano Lucas Ferreira

Pessoal, compartilhando a nova edição da Revista Memória LGBT. Vamos ler, compartilhar, marcar um amigo, usar e abusar. Ela é nossa!!!

Wellington Pedro da Silva

 /revistamemorialgbt

 /memorialgbt



A **REVISTA MEMÓRIA LGBT** comemora um ano de ações que preservam e promovem a memória da comunidade LGBT.

Parabéns!

Wellington Pedro da Silva
Treyce Ellen Goulart
Tony Boita
Jean Baptista
Danielle Agostinho
Aline Inforsato



O Miss Brasil Gay

Patrimônio de Juiz de Fora

Henrique Caproni

O Miss Brasil Gay é um evento que muda o cotidiano de Juiz de Fora. Nos dias em que sucede, a cidade fica mais colorida, enfeitada, os hotéis ficam esgotados, o comércio local se torna mais movimentado, as festas e restaurantes mais badalados, há sempre pessoas novas e diferentes caminhando pelo famoso calçadão de Juiz de Fora. Entre os moradores da cidade, podem ser vistos turistas, LGBT's, gogo boys, gogo girls, drag queens, transformistas, personagens e variados artistas. Logo, notamos que é um evento que mexe com a cidade em suas dimensões físicas, econômicas, simbólicas, subjetivas, turísticas, no humor e espírito das pessoas.

Sua relevância reside também em aspectos financeiros como sendo a festa responsável pelo principal turismo em Juiz de Fora há cerca de trinta anos e movimentando cinquenta e um setores da economia direta e indiretamente durante os dias de festa, gerando uma arrecadação de três milhões de reais (GUIA GAY SÃO PAULO, 2014; GLOBO G1, 2014).

Mas também contempla sua dimensão social, simbólica, subjetiva e política, sendo um evento reconhecido internacionalmente e um dos mais relevantes do calendário LGBT que tem acontecido em Juiz de Fora desde 1976 idealizado pelo cabeleireiro Francisco Motta, para eleger a mais bela transformista do país. Assim, abrangendo um desfile com trajes típicos, destacando as características e elementos culturais das participantes dos estamos brasileiros, desfile com trajes de luxo, bem como shows ou espetáculos com artistas do cenário gay nacional (CINE THEATRO CENTRAL, 2013). Nota-se que o que acontece no evento é a arte do transformismo, as participantes ao realizarem shows e performaces fazem uso de maquiagens, vestimentas, acessórios, para atuarem como mulheres (LOBATO, 2009), aproximando-se de uma feminilidade miss elegante e glamourosa.

O surgimento do evento esteve associado a uma brincadeira ou paródia ao concurso Miss Brasil, no qual apenas mulheres se inscreviam. Seu objetivo primeiro era ajudar uma Escola de Samba da cidade que estava com dificuldades, de tal modo que aspectos carnavalescos e de transformismo demarcavam inicialmente o espetáculo. Antes dele, vários homossexuais da cidade já organizavam em suas casas alguns pequeno concursos. Nesse contexto, o Miss Gay surge também buscando a profissionalização de uma brincadeira. Seu organizador, Chiquinho Mota, salienta que o concurso enfatizou o transformismo no Brasil (RODRIGUES, 2008; LOBATO, 2009).

Hoje, além de ser uma festa luxuosa e glamourosa celebrando a diversidade LGBT, também possui seu caráter político a favor da luta pela igualdade, pelos direitos humanos e contra a homo-lesbo-transfobia (CINE THEATRO

CENTRAL, 2013). Logo, o Miss Gay destaca-se como uma grande festa nacional LGBT, como uma celebração tradicional para a cidade, tendo registro formal de festividade como quarto bem imaterial registrado pela cidade (RODRIGUES, 2008; PEREIRA; ANJOS JUNIOR, 2012

É importante destacar que esse é o único tipo de evento que, associado à questão de gênero e sexualidade, é considerado patrimônio cultural registrado até o momento no país (PEREIRA; ANJOS JUNIOR, 2012). Portanto,

"Com vistas a contextualizar brevemente o evento, importa destacar que essa manifestação

possui grande representatividade simbólica para Juiz de Fora, passando, inclusive, a fazer parte do calendário oficial de eventos do município e, ainda, foi registrado, em âmbito municipal, como patrimônio imaterial. Esse fato nos parece digno de maior atenção, haja vista que ainda não se tem conhecimento de outros eventos que contemplem a questão LGBT e que sejam registrados no país, o que pode reforçar o caráter de ineditismo que a cidade de Juiz de Fora possui quanto ao fato dessa manifestação ser (re)conhecida como componente do patrimônio cultural da cidade, sendo, inclusive, salvaguardada por um decreto municipal" (PEREIRA;

ANJOS JUNIOR, 2012, p. 68).

Refletindo sobre esse evento como um patrimônio imaterial, destaca-se que se relaciona com um sentimento de identidade e de durabilidade no tempo, bem como de respeito à diferença cultural. O Miss Brasil Gay como patrimônio imaterial também se associa a uma forma de se exercer poder político, social e simbólico (LOBATO, 2009) dado a visibilidade que traz às questões LGBT's e à cidade de Juiz de Fora. Desse modo, enfatiza-se que

"ter como patrimônio imaterial de uma grande cidade do país um evento gay é de extre-



ma importância para que o movimento LGBT possa amenizar as desigualdades existentes no que se refere à apropriação de bens culturais e à exclusão social de seus indivíduos. Patrimônio intangível torna visíveis questões tabus silenciadas, pela sociedade brasileira" (LOBATO, 2009, p. 19).

Infelizmente, o evento não ocorreu em 2014 (GLOBO G1, 2014; GUIA GAY SÃO PAULO, 2014; ACESSA, 2014), mas haja vista sua relevância econômica, simbólica e política, torcemos para que volte com luz, brilho, diversão e alegria, em todos os anos seguintes, inclusive como uma forma de se preservar a memória e cultura LGBT's.

Referências

- ACESSA. Miss Brasil Gay não será realizado este ano. 2014 Disponível em <http://www.acesa.com/zonapink/arquivo/2014/07/05-miss-brasil-gay-nao-sera-realizado-este-ano/acesa> em 15.10.2014
- CINE THEATRO CENTRAL. Miss Brasil Gay. 2013. Disponível em <http://www.theatrocentral.com.br/agenda/mis-brasil-gay>. acesso em 14.10.2014
- GLOBO G1. Cancelamento de eventos em MG afetam turismo, afirmam empresários. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2014/07/cancelamento-de-eventos-em-mg-afetam-turismo-afirmam-empresarios.html> acesso em 14.10.2014
- GUIA GAY SÃO PAULO. Cancelamento de Miss Gay Brasil causa prejuízo de R\$ 3 milhões a Juiz de Fora. 2014 <http://www.guiagaysaopaulo.com.br/1/n--cancelamento-de-miss-brasil-gay-causa-prejuizo-de-r-3-milhoes-a-juiz-de-fora--12-07-2014--536.htm> Acesso em 14.10.2014
- LOBATO, M. G. de S. Aproximação, intercâmbio e en-



tendimento entre os seres humanos? Reflexões sobre o Miss Brasil Gay como patrimônio imaterial de Juiz de Fora. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (curso de graduação em ciências sociais). Fundação Getúlio Vargas - Escola Superior de Ciências Sociais, 2009.

PEREIRA, Graziela Dias; ANJOS JUNIOR, Edwaldo Sérgio dos. Vínculos entre Turismo, Eventos e o Patrimônio Imaterial em Juiz de Fora, Minas Gerais: uma reflexão sobre processo de registro do "Miss Brasil Gay". Anais Brasileiros de Estudos Turísticos, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 64-72, mai. 2012

RODRIGUES, M. C. Miss Brasil Gay polêmica na passarela - eventos como instrumento de comunicação alternativa. 147 f. Dissertação (mestrado em comunicação social). Universidade Federal de Juiz de Fora - Faculdade de Comunicação, 2008.

REVISTA MEMÓRIA **LGBT** no Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia

Tony Boita

Durante os dias 04 a 08 de novembro a **Revista Memória LGBT** esteve presente no VII Encontro Nacional dos Estudantes de Museologia, que este ano teve como sede a Cidade de Belém do Pará e tema "Entre a Teoria e a Prática: (re) descobrindo o nosso norte". Fomos convidados a integrar a organização do evento, bem como, participar do Grupo de Discussões "Museu da opressão x Museu da Libertação: Diálogos entre minorias silenciadas" além de a Mesa Redonda Patrimônio LGBT. Entre outras atividades, estimulamos e auxiliamos uma oficina de customização das camisetas da Revista Memória LGBT e a Festa das Musas, que ocorre tradicionalmente no ENEMU. Trata-se de um encontro sediado pela primeira vez na região norte e que objetiva integrar, articular e promover a

produção acadêmica e cultural dxs estudantes de museologia do Brasil, foi apoiado pela Executiva Nacional dos Estudantes de Museologia – EXNEMUS, Centro Acadêmico de Museologia da UFPA e Pró Reitoria de Extensão – Proext e organizada por estudantes de Museologia da UFPA e coordenado por Jorge Martins Evangelista Junior, Silvia Giese,

Angélica Albuquerque e Raiza Gusmão, a quem de antemão parabeno e agradeço.

No ENEMU 2014, participaram delegações dos cursos de museologia da UFG, UFBA, UNB, UFPE, UFRGS, UFPEL, UFSC, UFPA, UFRB, UNIRIO e UFMG. No entanto, em sua maioria, os casais (homos e héteros) foram formados por UFBA e UFG. Além de

muito amor, esse evento trouxe um novo gás para o movimento estudantil. Defato, uma geração se despediu após quatro anos de muito trabalho e uma nova surgiu. E foi definitivamente neste encontro que xs estudantes de museologia saíram da reserva técnica (uma analogia ao armário) com direito a estilista, penas, trançado e até um belíssimo show de drag queen.

Por vezes via o Clóvis Bornay passando por ali e instruindo essa galera e eu me arrepiava. Bastou uma camiseta, e uma ideia: Customize com o que temos a disposição e em menos de 8 horas o espaço improvisado era um barracão protagonizado por Henrique Santana que além de ganhar a melhor customização, customizou a camisa de vários outros colegas. Para a noite Benedito José Ferreira tomou todos presentes com seu modelito único, sua criatividade e sua simpatia, leveza - quando cantou foi aclamado por todos



Confira a matéria completa

www.memorialglt.com

"Musa! Musa! Musa!". Com isso, Bené recebeu o título Musa 2014-2015. Além deste título máximo da beleza e criatividade museal, o ENEMU concedeu a André Vieira o prêmio de Princesa, mas compreendemos que era muito pouco para ele, então convencionou-se de Musa Conceitual 2014-2015. E a Simpatia ficou com a formadalaria Ribeiro que esbanjou carisma e alegria.

O ENEMU 2015 será em Pelotas-RS, esperamos que a reserva técnica continue aberta!

Conheça Eliana Simas, Diretora de Acervo e Curadoria do Instituto Lotta



Imagens cedidas. Direitos de imagem: Instituto Lotta de Arte-Educação

A Revista Memória LGBT tem a honra de entrevistar uma mulher que luta para a preservação da memória da lésbica Maria Carlota Costallat de Macedo Soares, mais conhecida como Lotta de Macedo, idealizadora do Parque do Flamengo. Eliana Simas é carioca, estudante de museologia e Diretora de Acervo e Curadoria do Instituto Lotta. Em sua jornada, milita pela recuperação e preservação da memória da vida e obra de Lotta de Macedo Soares bem como, o fortalecimento da identidade social da comunidade lésbica, promovendo eventos sobre o tema em diversos setores da sociedade, além de promover ações de arte-educação como objeto de recreação no desenvolvimento da cidadania.

Memória LGBT: Fale sobre o Instituto Lotta.

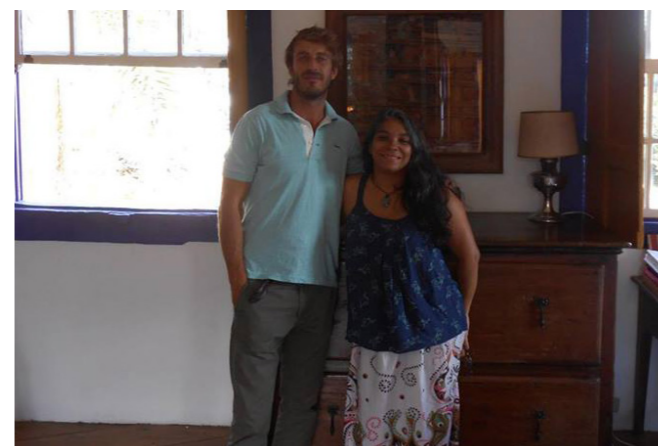
Eliana: O Instituto Lotta de Cultura e Arte-Educação é uma entidade que visa a ação de pessoas comprometidas, que tem entre seus objetivos a preservação da memória urbana, arquitetônica, paisagística e social dos projetos em que Maria Carlota Costallat de Macedo Soares, a Lotta, esteve direta ou indiretamente envolvida.

Nosso foco inicial visa ater ao Complexo do Parque do Flamengo, às pessoas envolvidas no projeto original, sua construção, o tombamento, a Fundação Par-



Eliana Simas e Glória Pires na festa de lançamento do filme Flores Raras no Leblon RJ. Ago/2013

que do Flamengo, o programa de utilização e o seu dia-a-dia desde a sua inauguração (12 de outubro de 1965) até os dias atuais. Como meta paralela de pesquisa temos, nos anos 1940, o projeto "Artistas Brasileiros Reunidos", remanescente da residência artística de Lotta no MoMA – Museu de Arte Moderna de Nova York. Esse projeto concretiza-se com a fundação do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, junto com um grupo que incluía Eva Klabin, o empresário Raymundo Ottoni de Castro Maya e a orientação dos amigos Lina Bo e Pietro Maria Bardi. Lotta auxilia na constituição do acervo e, sobretudo, no contato com Happy e Nelson Rockefeller, funda-



Eliana Simas com Javier Montes, (pesquisador e Escritor do Instituto Cervantes – Espanha) em Ouro Preto, na Casa Mariana (casa onde Elizabeth Bishop morou por 7 anos, após a morte de Lotta). Nov/2014

mentais no processo inicial de criação do museu. Quanto a diversidade feminina, tão bem vivida por Lotta, estamos com um workshop sobre o longa metragem "Flores Raras", coordenado por Monica Morse (a Clarinha do filme) e preparando um grande evento para março do próximo ano, o Lotta International Lesbian Festival, a ser realizado na Marina da Glória – Parque do Flamengo.

Memória LGBT: Quem foi Maria Carlota Costallat de Macedo Soares, a Lotta?

Eliana: Uma brasileira, nascida em Paris, no dia 16 de março de 1910, Lotta, com duplo "t", como uma luta, como um lutar constante, sempre foi uma esteta apaixonada, mas gestora do que crítica de arte moderna. Por ser e viver o modernismo tornou-se uma arquiteta nata, uma paisagista autodidata, uma amante dos museus abertos, da arte-educação. Filha de José Eduardo de Macedo Soares, fundador e diretor do jornal *O Imparcial*, precursor do Diário Carioca, e de Adélia de Carvalho Costallat, irmã do famoso jornalista e cronista carioca Benjamin Costallat, teve desde a juventude a influência da política progressista constitucionalista, aliada a liberdade de expressão do movimento modernista, no qual convivia. Lésbica assumida, aos 29 anos, casou-se com a bailarina clássica norte-americana Mary Stearns Morse, unindo a essa relação, aos quase 42 anos bem vividos, a escritora poetisa também norte-americana Elizabeth Bishop, a sua amada e controvertida Cookie. Lotta faleceu em 25 de setembro de 1967, deixando duas esposas, quatro filhas adotivas, uma história de vida de realizações e uma expressão social reconhecida.

Memória LGBT: Fale do Parque do Flamengo.

Eliana: Quando, em 1960, o amigo governador Carlos Lacerda assumira o governo do Estado da Guanabara, Lotta foi de pronto convidada a somar forças naquela gestão. Acreditando que faltava um legado para a sua cidade, pediu a Lacerda a supervisão das obras que estavam sendo executadas na

Grupo de Trabalho – Barracão – 1965 – (faltam alguns integrantes do GT)



Legenda original: "Funcionários do Barracão. Agachados: Gelse Paciello da Motta (arquiteto), Marcilio Pereira (jardineiro) e Fernanda Noviz Oliveira (secretária). Em pé: Juan Delis Scarpellini Ortega (arquiteto), Júlio Cesar Pessolani Zavala (arquiteto), Dona Lotta, Olivio (copeiro), Sérgio Rodrigues e Silva (arquiteto), Swany (secretária) e David (do trenzinho)"

frente do apartamento dele, na Praia do Flamengo. Disse ela em carta ao governador: "quero transformar esse entulho em um parque que oferecerá atrativos aos seus freqüentadores, que lá poderão permanecer durante muitas horas, sem que nada lhes falte para o seu conforto".

Durante os anos de construção do Parque do Flamengo, Lotta sofreu os maiores prazeres e também as mais profundas dores... O lugar que mais amou, mas que também lhe afligiu os anos mais torturantes de sua existência. Foram intermináveis as querelas com os órgãos públicos também responsáveis pela obra, porém, conseguiu fazer ainda em projeto o tombamento no Patrimônio Histórico Nacional de toda a área para que fosse preservado

o espaço do parque de construções que desrespeitasse o projeto original. Desde 1988, os 1.200.000 m2 do primeiro parque de lazer ativo da América Latina passou a ser oficialmente designado de Parque Carlos Lacerda, a área que vai do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra até a entrada do Túnel do Pasmado e de Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, o trecho entre o Aeroporto Santos Dumont e o Monumento aos Pracinhos.

Memória LGBT: Como surgiu a proposta do Instituto Lotta?

Eliana: A criação do Instituto Lotta se deu pela indignação de um grupo de pessoas que cansadas de presenciar a omissão do crédito devido a uma mu-

lher que viveu o Brasil em plenitude, que marcou a história da arquitetura moderna no país, que ocupou com destaque o espaço público da primeira metade do século XX enfrentando o preconceito da homossexualidade com altivez, decidiu resgatar, preservar e difundir a sua memória. Na vanguarda desses ideais contamos com Monica Stearns Morse, na Presidência do Conselho de Administração; Ethel Bauzer Medeiros, na Presidência de Honra; Maria Hanna Siedlikowski, como Conselheira Consultiva; Nadia Nogueira, na Diretoria Executiva; Eliana Simas, na Diretoria de Acervo e Curadoria; Ivana Mendes, na Diretoria de Produção e Sustentabilidade; Luís Claudio Machado, na Diretoria de Projetos; Janice Casemiro, na Diretoria de Divulgação e Afetos; Fernando Nascimento, na Diretoria de Logística e Operações; além de um grupo de trabalho apaixonado e encantador. É com esse olhar e essa paixão que nos unimos para manter viva a memória de Lotta.

Memória LGBT: Quais as atividades abertas ao público promovidas pelo Instituto Lotta?

Eliana: Nos dias 12/10/13 e 11/10/14 foram promovidas atividades de recreação com diversas brincadeiras e grupo de animação, que também contou com reinauguração de novos equipamentos (brinquedos infantis – Cidade da Criança) e lanche para a criançada. No momento (de Outubro 2014 a Janeiro de 2015), estamos aguardando a aprovação de recursos para os projetos de Educação e Arte, que se iniciarão em Fevereiro de 2015, para que o Parque do Flamengo se torne novamente um local de lazer ativo e turismo histórico fomentando a vida e obra de Lotta Macedo Soares e seu maravilhoso Grupo de Trabalho.

Memória LGBT: Na museologia, existe hoje a ideia de que os museus no Brasil estão incluindo grupos discriminados. Embora já tenha nascido museus de comunidades indígenas, quilombolas ou ou-

tras modalidades de sociedades periféricas, temos procurado notícias sobre os museus que se preocupam com a memória da comunidade LGBT. Você tem alguma notícia de algum museu assim?

Eliana: Sim, há 3 museus no mundo sobre o assunto. São eles: Museu da Diversidade Sexual – São Paulo – SP – Brasil (museudadiversidade.com.br); The GLBT Historical Society – São Francisco – CA – EUA (glbthistory.org); Schwule Museum – Berlim – Alemanha (schwulesmuseum.de)

Acredito que a Museologia venha mudando mesmo que a passos de formiguinha, e que apesar de tudo poder ser passível de musealização, mas nem tudo poder ser musealizado (apesar de ser um clichê enorme dentro da Museologia ou melhor da fundamentação teórica da mesma) acredito que isso seja uma realidade aplicada por museus e museólogos, pois, um museu de tudo, se transformará em um museu de nada, os opostos se anulam. Temos que rever o que realmente a museologia quer para seus museus, pois o museu e a museologia foram criados pelo homem (ser pensante, humano, sem distinções), este mesmo homem pode incluir a memória LGBT. Assim como também são criados memoriais. O museu é o local do poder e da memória, o homem por medo de esquecer aprisiona nos museus, comunicando, educando



Eliana Simas e Ethel Bauzer (Responsável pela programação do Parque do Flamengo desde sua inauguração em 1965). Out/2013

e transmitindo com sua expografia o que ele quer que seja sempre lembrado para as gerações futuras, assim é com os museus LGBT, mas há muito preconceito e ignorância em torno do assunto que impedem que hajam mais museus assim pelo Brasil e pelo mundo. A ideologia cristã onde o homem tem que se casar com uma mulher e constituir família é muito arraigada em nossa sociedade (católica-apostólica-romana), fazendo com que se excre os homens e mulheres que preferem o mesmo sexo e até o oposto (homo e bissexualidade), porque foge dos padrões de uma sociedade "normal". Os homossexuais e bissexuais eram considerados aberrações e criaturas demoníacas, muitos foram queimados vivos e torturados até a morte na inquisição, tem países que ainda hoje proíbem e punem com pena de morte aqueles que desobedecerem o que os seus profetas e deuses pregaram. Sim, a sexualidade e a liberdade de exercê-la estão ligados a religiões sociais, pois é a religião que ainda comanda a ética

social do "bem se comportar" em sociedade. Isso é um absurdo total; mas é ingenuidade e puritanismo dizer que os museus estão isentos destes preconceitos. Hoje em dia se faz museu de quase tudo, o mais recente e inusitado de que tive notícia foi o museu da maionese em Tóquio no Japão, onde se aprende até a fazer a sua própria em pleno espaço expositivo.

Memória LGBT: De que forma os museus brasileiros poderiam aproximar-se da questão LGBT?
Eliana: Expondo, as diversas personalidades que muito lutaram pela história e pela defesa do nosso país na construção de nossa cultura e memória. Que foram obrigados a esconder ou sufocar sua sexualidade por causa das convenções e regras sociais impostas; caso se revelassem poderiam perder seu lugar na história ou até mesmo serem alvos de perseguições familiares, políticas, religiosas, trabalhistas e sociais...



Parque do Flamengo Teatro de Arena com Maria Hanna, que veio do Canadá para visitar e conhecer o trabalho do instituto Lotta (uma das arquitetas do Grupo de Trabalho da Lotta). Out/2014

Memória LGBT: Qual (Quais) memória(s), história(s) e objeto(s) você gostaria de expor em um museu?

Eliana: Gostaria de constituir o museu ou memorial Lotta para expor toda sua história de vida e luta pela arte e sua visão grandiosa de trazer para o Brasil, os estilos artísticos mais modernos e expressivos de sua época.

Memória LGBT: Qual memória você jamais gostaria de esquecer?

Eliana: Pergunta muito difícil essa, de responder, pois, não quero esquecer as memórias maravilhosas que venho coletando através das minhas vivências, tanto culturais e artísticas, quanto as pessoais e dos familiares/amigos. Todos somos colecionadores de alguma forma e queremos sempre expor nossa coletânea, o nosso gabinete de curiosidades é infinito e sempre temos alegria ao querer abri-lo para alguém. Memória é memória, ninguém quer esquecer senão, vira amnésia.

Memória LGBT: Qual o recado que você deixa para a Revista Memória LGBT?

Eliana: Espero que esta revista resista e se mantenha na causa da memória LGBT sempre propondo novos olhares e diversas dimensões sobre o assunto, por que resistir ao preconceito e ignorância sempre será preciso e necessário, seguimos em um mundo de aparências onde as pessoas se escondem de formas absurdas e tentam convencer sempre que o caminho da verdade é sempre o SEU, sem respeitar jamais a individualidade do outro. Esta revista pode mostrar um outro caminho, o do respeito sem ofensas e da luta sem exageros para que se reflita e atente para a memória LGBT, ela existe não adianta negar ou camuflar, aceitar com respeito e sinceridade é o mais sensato se a fazer. Continuem assim, sempre na pesquisa por opiniões e pessoas que junto com vocês irão manter a memória LGBT sempre viva e lembrada.

Atenção Associações LGBT's

Já estão abertas as inscrições para o Prêmio Pontos de Memória

O Prêmio Pontos de Memória irá selecionar e premiar 47 ações desenvolvidas por iniciativas de memória e museologia social, visando reconhecer, incentivar e fomentar a continuidade e sustentabilidade na perspectiva do Programa Pontos de Memória. Destas, 44 devem ser ações desenvolvidas por grupos, povos e comunidades em âmbito nacional e três ações desenvolvidas por brasileiros residentes no exterior, que se caracterizem por ações de registro e representação da sua memória.

Maiores Informações:

www.memorialgbt.com/redelgbt/
redememorialgbt@gmail.com

 /revistamemorialgbt

 /memorialgbt

MEMORIA LGBT.COM

Reconhecimento do direito à DIFERENÇA na sociedade MULTICULTURAL brasileira

¹Bruno Silva Kauss:
²Edegar Ribeiro Júnior

A discussão sobre Direitos Humanos entra em pauta a cada novo conflito que surge na sociedade, suscitando debates em relação à proteção desses direitos em âmbito nacional e internacional. A famosa frase: "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos", tirada do primeiro artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, é talvez a noção mais básica e conhecida de Direitos Humanos e influenciou no processo de construção de importantes Constituições como a Constituição brasileira de 1988.

Desde a criação da Declaração em 1948 pela ONU (Organização das Nações Unidas), os exemplos de violação aos Direitos Humanos são os mais diversos. Vão desde o conflito na Síria que já matou mais de 100 mil pessoas desde março de 2011, até a garantia de direitos para imigrantes haitianos, ganeses, entre outros originários de países africanos e da América Latina, em Caxias do Sul/RS, que buscam no Brasil uma oportunidade para melhorar de vida.

Atualmente, as violações aos Direitos Humanos são motivadas em grande parte pelo interesse econômico, pela violação de direitos básicos como direito à vida, saúde, educação, justiça, além da falta de respeito às diferenças culturais de grupos so-

ciais de mulheres, LGBTQs, negros, indígenas, portadores de necessidades especiais, entre outros, os quais compõem a chamada diversidade cultural.

Contrariamente ao senso comum que acredita na passividade do povo brasileiro para resolver seus problemas, a história revela que principalmente a partir da década de 1970, importantes movimentos sociais organizados passaram a lutar pelo respeito às diversas identidades desses grupos no espaço público, bem como pelo reconhecimento de direitos que atendessem às suas demandas.

O trabalho dos movimentos sociais pela concretização de Direitos Humanos contribuiu para o reconhecimento de direitos à saúde da mulher, na criação de políticas de acessibilidade para portadores de necessidades especiais, no combate às discriminações contra LGBTQs, imigrantes, bem como na luta contra o racismo, diferenças essas marcadamente presentes na nossa sociedade.

Completado um ano das manifestações de junho de 2013, diversas reclamações do povo brasileiro como combate à corrupção, à homofobia, à pobreza, à precariedade do ensino público, da saúde, entre outras, revelaram tanto a insatisfação do povo brasileiro frente ao atual cenário político, econômico e social, quanto a necessidade de

mecanismos de proteção aos Direitos Humanos. Com isso, numa sociedade multicultural como a brasileira, os Direitos Humanos têm suas bandeiras hasteadas permanentemente no espaço público, o que revela que a sua discussão é atual e necessária, carecendo cada vez mais de respeito, tolerância e ações para que se efetivem.

Vivemos em uma realidade complexa, nos dias de hoje, marcada pelo consumo, pela informação que atinge muitos e diversos grupos de pessoas pela internet, pela desigualdade social, pelas diferenças culturais, ou seja, vivemos em um caleidoscópio social que pende à normatização/normalização de tudo. Todavia, antes de dizer o que "é certo e/ou o que é errado", de prescrever ou ditar o que se quer, o diálogo deve ser presente, assim como o respeito às diferenças. Isso são os primeiros passos à elevação dos Direitos Humanos conforme proposto inicialmente.

SOBRE OS AUTORES

¹Bruno Silva Kauss: Estudante de Direito da Universidade Federal de Pelotas. Bolsista PROBIC/FAPERGS pelo Núcleo de Pesquisa em Direitos e Políticas Públicas para a Diversidade e Vulnerabilidade Social (NUDDIV) pela FD/UFPel. e-mail: kauss.bruno@gmail.com.

²Edegar Ribeiro Júnior: Advogado. Integrante do Grupo ONG Vale a Vida (setor jurídico). Estudante de Mestrado em Direito e Justiça Social pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Integrante do Grupo de Pesquisa Hermenêutica e Ciências Criminais – GPHCCRIM/FURG. e-mail: edegarribeiroadv@gmail.com.

Dia Sim, dia Não

Leonardo Ferreri

O presente texto é baseado na história real de uma jovem bissexual de 15 anos de idade, que sofre agressões físicas e verbais por parte de seus pais.

No jornalismo, seis perguntas são consideradas básicas para a produção do primeiro parágrafo de uma notícia. É mais uma herança americana, que entrega as informações por ordem de maior importância (primeiro os fatos mais importantes e o depois todo o resto), respondendo as perguntas "Quem?", "O quê?", "Onde?", "Quando?", "Como?", "Por quê?". O primeiro parágrafo do assunto que aqui tratarei ficaria assim:

Bruna Gaspar, 15, vem sendo agredida verbal e fisicamente por seus pais há cerca de três meses. Proibida de sair de casa, exceto para frequentar a escola, a residência da família é palco de ameaças, tapas e socos dos pais contra sua própria filha, que teve coragem para se assumir bissexual.

Existem, no entanto, muitas perguntas a mais na vida, diversas delas afrontam a todos nós algum dia e, claro, com a Bruna não deve ser diferente.

Você sabe quem você é?

Lembro do olhar assustado, porém determinado, cheio de vida e de esperança que ela tinha quando veio me contar sobre sua sexualidade. O medo era de se assumir, de sair do armário e encarar sua mãe nos olhos para contar quem era. Enormes olhos azuis. Enormes. De uma delicadeza absurda, mas que, naquele momento, só faziam pingar. Mal sabíamos que, desde então, era tudo o que os globos oculares de uma garota que parecia dançar ao invés de se mover conseguiriam fazer; pingar, pingar, pingar.

O mais sólido sentimento de libertação, a mais absoluta certeza de quem se é. Na busca dessas sensa-

ções que nos assumimos.

Mas, por ser bissexual, a Bruna foi questionada diversas vezes sobre suas certezas referentes a sua sexualidade, inclusive na escola que frequenta. Essa é uma das peculiaridades da discriminação contra bissexuais, achar que não são maduros o suficiente para assumir serem assim ou assado. Isso é opressão. E opressão coage, diminui a gente, nossa identidade, nossa confiança e, mais que tudo, nossa felicidade.

Você sabe quem você é? A pergunta é um clichê existencial, mas ainda surte efeito. A resposta "talvez ninguém saiba" também é um clichê, o que não significa que seja mentira. Aos quinze anos ninguém sabe quem é, no entanto, ninguém é sua sexualidade. Ela só acontece, simplesmente é.

Você sabe o que aconteceu com você?

Muitos dizem ter suas esperanças renovadas a cada dia. Basta uma noite de sono confortavelmente profundo. Não sei informar se a Bruna dorme bem, mas sei que qualquer esperança de dias normais que ela possa ter é implodida, em sua casa, a cada despertar.

Numa dessas implosões, ela desmaiou. Apagou. O método usado por seus pais foi a surra. Entre tapas e socos ela desacordou. Acordar e se dar conta do que

aconteceu com você pode ser complicado e truculento, mais ainda quando você precisa perceber que, depois de um domingo ensolarado, perfeito para um piquenique, daqueles de filme, com toalha listrada e tudo, seus pais tanto te maltrataram que sua consciência preferiu fugir. Boca inchada. Gosto de sangue. Pelo menos um roxo em cada braço. Um dente levemente mudou de posição. A imagem do seu pai te enforcando. Você entende o que aconteceu, mas não entende o porquê.

Você quer viver assim?

Uma bíblia aberta debaixo de seu colchão busca expulsar demônios que nem presentes estão. O amor de mãe, o amor de pai são agora o temor da mãe e o temor do pai. Roxa dia sim, dia não. Situação típica de noticiário televisivo, daqueles que só mostram desgraça. Será que você quer viver assim?

Homofobia e heteronormatividade no trabalho

Henrique Caproni

Os debates e reflexões sobre a(s) homossexualidade(s) e expressões de gêneros não hegemônicas tem sido constantes na sociedade ocorrendo em diversos meios como aquele da saúde, educação, jurídico, políticas públicas, comunicação, psicologia, literatura, artes, e, mais recentemente, na administração e estudos organizacionais. Logo, uma temática que tem ganho visibilidade e se mostra relevante socialmente e academicamente uma vez que a experiência de travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais e gays, mesmo considerando que há especificidades em cada uma dessas experiências, no trabalho ainda envolve diversos obstáculos, principalmente quando a vivência da sexualidade e a expressão de suas identidades ocorre de forma livre, aberta ou espontânea (SIQUEIRA et al., 2009; IRIGARAY; FREITAS, 2011; BICALHO et al., 2011; IRIGARAY, 2012; SARAIVA, 2012; BICALHO; CAPRONI NETO, 2012; CAPRONI NETO; SARAIVA; BICALHO, 2013; CAPRONI NETO; SARAIVA; BICALHO, 2014; CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014).

Esse quadro de estigmatização, preconceito e violência aos LGBT's tem se tornado tão preocupante que a ONU (Organização das Nações Unidas) lançou no dia 30 de Setembro desse ano uma campanha visando lutar contra a homo-lesbo-trans-fobia no ambiente de trabalho com o intuito de buscar com que seja mais respeitoso, igualitário, não preconceituoso, promovendo qualidade de vida e das relações. Esse esforço inicial foi traduzido em um manual tratando de histórias baseadas em fatos reais e inclusive com questões específicas como da mudança de gênero (GLOBO, 2014).

Logo, nesse breve artigo, pretendemos chamar

a atenção para essa problemática no mundo do trabalho e discutir a sexualidade e o gênero como diferenças que envolvem relação de poder como a heteronormatividade, com foco especialmente nas organizações em prol de uma vertente reflexiva demarcando a homofobia e suas variadas manifestações como graves problemas sociais e organizacionais.

Travestis, Transexuais, Lésbicas, Bissexuais e Gays no Trabalho

Entendemos que de uma maneira ampla a vivência da sexualidade e do gênero pode suceder de formas extremamente diferentes e múltiplas, indo mesmo além do que pensamos nesse artigo. Consideramos que há especificidades e diferenças na vivência dessas pessoas tanto na sociedade como no trabalho. Então, buscamos trazer uma breve discussão sobre um pouco dessas identidades como a seguir.

Inicialmente, podemos considerar que as pessoas pertencentes ao grupo de transgêneros são aquelas que podem experimentar maior discriminação tanto no âmbito social como naquele do trabalho dado a patologização e estigmatização das identidades trans e travestilidades. Irigaray (2012) salienta que muitas dessas pessoas não tiveram acesso à escola ou à educação formal o que dificulta sua inserção no mercado de trabalho, apoio familiar para vivenciar sua identidade, bem como condições adequadas de moradia e saúde. Especificamente no trabalho, evidenciamos a dificuldade que sofrem em processos seletivos principalmente pela discriminação de gestores como em momentos de seleção e entrevistas



(BICALHO; CAPRONI NETO, 2012) ou quando são vítimas de intolerância e agressões por parte de colegas de trabalho mesmo em empresas que dizem possuir políticas de respeito à diversidade (IRIGARAY, 2012). Inclusive algo simples como o nome social é muitas vezes desrespeitado no cotidiano da vida dessas pessoas sendo que o respeito a ele é relevante já que seria uma forma de cidadania e de reconhecimento de suas identidades e personalidades (BICALHO, CAPRONI NETO, 2012; AGUINKY; FERREIRA; RODRIGUES, 2013).

Com relação às mulheres lésbicas, considera-se que sua experiência está relacionada com seu gênero e sexualidade (LEONEL, 2011; HEINTZ, 2012) e sendo relacionada com estereótipos de masculinidade (TOLEDO; TEIXEIRA, 2011) e muitas vezes com a invisibilidade de suas relações (BORILLO, 2010). Diante de tanto, muitas delas para evitar a discriminação tem que adotar um comportamento ou postura que esteja associada à uma espécie de feminilidade hegemônica, vivenciando o medo e o receio no ambiente de trabalho, assim não podendo se expressar livremente e com tranquilidade, o que pode gerar estresse e isolamento social (DUFFY, 2010; IRIGARAY; FREITAS, 2011; CARRIERI; SOUZA; AGUIAR, 2014). As políticas de respeito à diversidade sexual são consideradas interessantes por essas mulheres, porém somente quando são de

fato levadas com efetividade e seriedade pela organização e gestores (IRIGARAY; FREITAS, 2011)

Pensando em bissexuais, ainda não se conhece um trabalho que problematize diretamente e com profundidade a bissexualidade no âmbito das organizações nos estudos organizacionais brasileiros. Mas, podemos refletir que bissexuais também podem enfrentar dificuldades como abordado por Lewis (2012, p. 6), os preconceitos vividos por essas pessoas estão relacionados com o apagamento da sexualidade ou com sua hipersexualização, destarte:

"Os preconceitos da primeira categoria tendem a invisibilizar, suprimir e sobretudo deslegitimar as performances identitárias bissexuais, reforçando o binário heterossexual – homossexual. [...] Os preconceitos da segunda categoria não negam a "existência" da bissexualidade, mas a estigmatizam e supererotizam."

Tratando de homossexuais masculinos, notamos que já há uma maior produção acadêmica enfocando suas experiências nas organizações tocando em temáticas como a reprodução da heteronormatividade (SOUZA; PEREIRA, 2012), a homofobia e a violência (SIQUEIRA et al., 2009; GARCIA; SOUZA, 2010), o processo

de assunção da sexualidade (FERREIRA, 2007) o humor como forma de preconceito (IRIGARAY; SARAIVA; CARRIARI, 2010), os estigmas e estereótipos profissionais (SARAIVA, 2012). Esse quadro demonstra que homossexuais acabam passando por processos de assédio moral e sexual, de humilhações, de piadas, de discriminação direta e indireta, dificuldades quanto a sua ascensão hierárquicas nas organizações.

Claramente é demonstrando um descompasso entre os discursos e as práticas voltadas para o respeito à diversidade sexual também entre homossexuais masculinos, como diria um dos entrevistados de Diniz et al. (2013, p. 104) sobre tais políticas e os gestores:

"É chique políticas contra homofobia, políticas para incluir o parceiro no plano de saúde, no plano de previdência. Mas é porque é chique. Eu não acho que aquelas cabeças pensantes que nós temos, eu não acho que elas, se não tivesse esse viés político por trás, que elas fariam. Eu não tenho a menor dúvida de que não fariam. Eu já vi, em encontros fora do trabalho, eles contam piadas do fulano, que acham que o fulano é gay e riem. Nossa, riem tanto! Então, existem políticas contra toda essa questão de preconceito, mas no relacionamento pessoa a pessoa, eu não tenho a menor dúvida de que existe discriminação..".

Logo, esse panorama demonstra a hierarquização das sexualidades de um modo que aqueles que fogem às normas de gênero acabam sendo estigmatizados ou violentados (BUTLER, 2003; BUTLER, 2004).

Nesse contexto, a homofobia é entendida como um fenômeno complexo que abrange atitudes hostis perante homossexuais tanto homens como mulheres (BORILLO, 2010). É como se o outro, no caso aqui o homossexual, fosse considerado um não humano, e estigmatizado, de modo a se construir uma ideologia

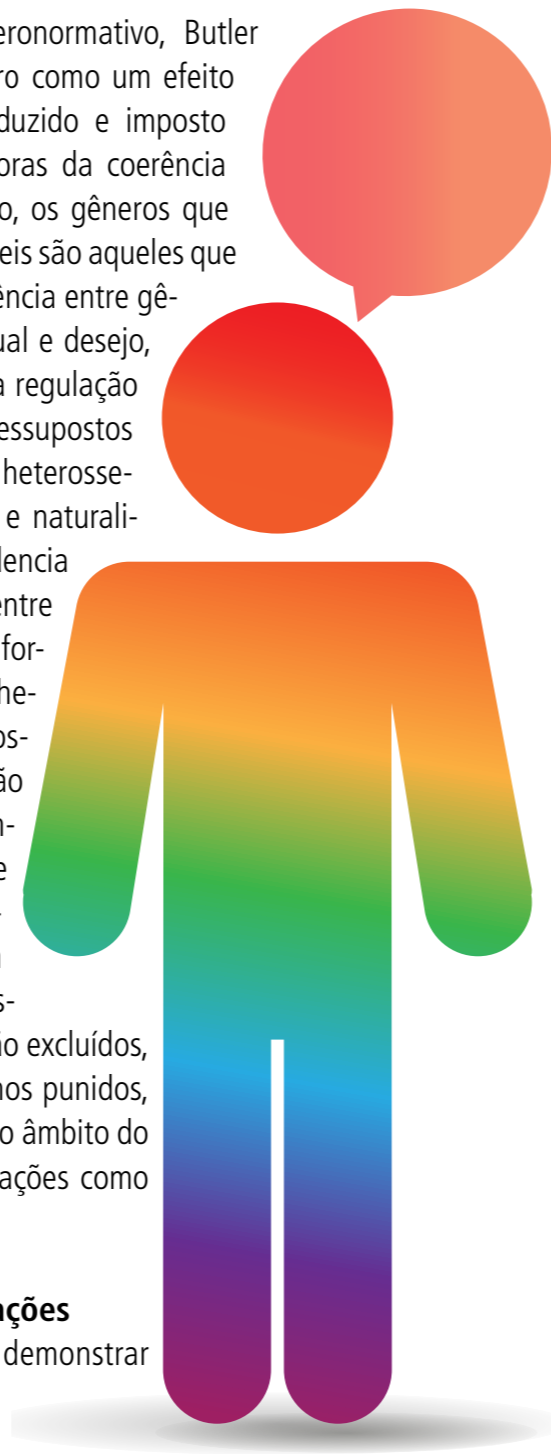
que o considerasse inferior ou anormal (BORILLO, 2010; GOFFMAN, 1975). Numa visão mais global, Junqueira (2007) destaca que a homofobia é uma problemática para todos aqueles que fazem uma performance de gênero se distanciando dos modelos binários e normativos. Esse tipo de violência e estigma é uma faceta do fenômeno da heteronormatividade.

Nesse contexto heteronormativo, Butler (2003) entende o gênero como um efeito performaticamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero. Desse modo, os gêneros que são tidos como inteligíveis são aqueles que demonstram uma coerência entre gênero, sexo, prática sexual e desejo, em decorrência de uma regulação binária calcada nos pressupostos da instituição de uma heterossexualidade compulsória e naturalizada. Louro (2009) evidencia que esse alinhamento entre sexo, gênero e desejo, fortalece o processo de heteronormatividade mostrando aqueles que são qualificados, por exemplo, para os sistemas de saúde, jurídico, midiático e aqueles que devem ser reeducados para esse sistema ou que serão excluídos, esquecidos e até mesmos punidos, o que também ocorre no âmbito do trabalho e das organizações como já demonstramos.

Algumas considerações

Como buscamos demonstrar

nessa breve discussão, o mundo do trabalho é influenciado por construções sociais e discursivas que legitimam ou deslegitimam determinadas expressões da sexualidade e do gênero, considerando temáticas como a homofobia e a heteronormatividade. Discutimos brevemente com base em pesquisas nacionais a vivência de travestis, transexuais, lésbicas, bissexuais e gays, no ambiente laboral e organizacional, demonstrando um contexto preocupante em que há violências de diversas ordens e desconsideração de respeito às diferenças. Mesmo com as políticas de diversidade perante à sexualidade, esse tema deve ser considerado seriamente por gestores e trabalhadores, dado que essas, além de raras no contexto nacional, têm se mostrado ineficientes. Por fim, entendemos que as diferenças fazem parte da vida e envolvem construções sociais, assim uma postura reflexiva e não preconceituosa se faz necessária, começando com cada um, gestor ou não, incluindo com seriedade as empresas e suas políticas.



CONFIRA A MATÉRIA COMPLETA
WWW.MEMORIALGBT.COM

DIREITOS LGBT: DESIGUALDADES E EQUIVALÊNCIAS

Marco Aurélio Máximo Prado¹

Texto extraído do Boletim UFMG – Opinião, nº 1880, Ano 41, 2

Os direitos humanos, ao contrário do que imaginamos, são um campo que divide a sociedade brasileira. Essa fratura pode ser ilustrada quando pensamos nos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). No Brasil, datam da década de 1970 as primeiras publicações e embates políticos sobre as questões dos direitos humanos LGBT, ainda que essas lutas tenham encontrado antes vários aportes feministas e libertários. No entanto, o que se conhece atualmente como movimento social LGBT teve suas primeiras articulações coletivas apenas na segunda metade do século 20. As reivindicações cresceram, alteraram-se e ganharam, em poucos casos, estatutos de direitos civis; em muitos, de violências e negligências.

O mais curioso é que, embora não seja nova e tenha resultado em grandes avanços na concretização da equivalência de direitos em muitos países, a discussão vem fragmentando a sociedade brasileira em seus vários níveis – da política à cultura, da moral à justiça e das ruas às urnas. Para se ter uma ideia desse fenômeno, os direitos LGBT dividem candidaturas em vários âmbitos políticos, desencadeando posições calorosas acerca de sua implementação e garantias. Para entender essas fraturas, teremos que assumir que, como sociedade, somos preconceituosos e temos dificuldades em falar e implementar direitos equivalentes para toda a população brasileira. Partir do princípio de que todos e todas podem ter direitos equivalentes sempre foi uma questão central para o Brasil, desde os tempos mais vívidos de sua demarcação como nação. No entanto, o apelo às diferenciações, muitas vezes disfarçadas de desigualdades sociais, econômicas e políticas, parece ocupar mais espaço político do que as igualdades sociais entre nós. Os direitos LGBT dividem a sociedade brasileira em, no mínimo, três posições.

1. Reconhecimento da equiva-

lência social: inclui correntes que desejam uma sociedade diversa, com acesso igual desde que preservadas as especificidades de cada grupo. Integrantes dessas correntes estão abertos a clamar alto e em bom tom que viveram, até o momento, sob os privilégios heterossexistas e estão dispostos a alterar suas formas de vida em prol de viver em uma sociedade com instituições mais democráticas e justas. A diversidade para esse grupo não é vista como ameaça, mas como aprendizado democrático.

2. Cidadania de segunda categoria: inclui grupos que consideram importante que alguns direitos sejam reconhecidos desde que não alterem o privilégio de outros. Aqui estão os segmentos que acham, por exemplo, que a união civil entre pessoas do mesmo sexo pode ser reconhecida, desde que não permita a adoção ou parentalidade conjugada de filhos e não equipare a união civil ao casamento heterossexual.

3. Preterição dos direitos: por fim, nesse grupo situam-se as pessoas que desconsideram qualquer humanidade para a população LGBT, consideram as homossexualidades e transexualidades perversões ou doenças e ensinam articular formas de tratamento, incidências dogmáticas e terapias que convertam as pessoas em uma única forma de sociabilidade sexual e de gênero.

Essa divisão serve apenas para dizer o quanto os debates sobre os direitos LGBT fraturam a sociedade brasileira, e só podemos compreender que isso ocorre porque põem em xeque visões de mundo, experiências e privilégios que ganharam hegemonia ou centralidade como referência cultural e política na organização da sociedade. Essas normas referenciadas em posições binárias da experiência de gênero e sexualidade podem ser invisíveis nas lentes do preconceito, mas atuam si-

lenciosamente, constringendo e violentando posições de gênero e corpos, desumanizando as diferenças e aprofundando as desigualdades.

Os debates LGBT evidenciam que essa hegemonia ou centralidade está totalmente baseada em uma ficção inventiva e normativa que enseja lugares de fala e de poder para uns e lugares de silenciamento para outros. A suposta naturalidade da heterossexualidade e da masculinidade foi completamente desvelada a partir do momento em que outros sujeitos impuseram suas falas e experiências. Como o próprio movimento social no Brasil já demonstrou, se a heterossexualidade fosse natural não seriam necessários tantos mecanismos de repressão e violências para sua reafirmação cotidiana na vida das pessoas. Esse movimento histórico, que emergiu a partir dos anos 1960, brindou-nos com a possibilidade de lutar pelo reconhecimento de direitos de muitas minorias sociais.

Vivemos no Brasil uma luta que interpela e questiona as representações hegemônicas de ser masculino e feminino, o que tem resultado em uma série de debates e reflexões acadêmicas de extrema importância para a democracia. Refinar e implantar direitos LGBT e políticas de promoção desses direitos e de prevenção e contenção da violência homofóbica e transfóbica é a única garantia de que homens e mulheres podem democratizar suas relações e assegurar que a questão LGBT ganhe relevância para todos e não somente para uma parcela da população. Estamos vivendo um tempo em que o crescimento da visibilidade de outras formas de sociabilidade, de amor e de prazer aponta obrigatoriamente para a interpelação da centralidade. Para isso, teremos de encarar a política como espaço fundante das experiências que outrora foram encarceradas no âmbito privado e invisível das subalternidades dos direitos.



O preconceito é, antes de tudo, uma lente capaz de nos impedir de ver o que nunca vimos. É, portanto, um refinado sistema de economia da reflexão, de encurtamento da ação e de estreitamento das consciências. Ao trocar de lentes, teremos de ser capazes de reconhecer para o outro o mesmo direito de humanidade que reconhecemos para nós mesmos. Essa é uma tarefa política e científica que a contemporaneidade nos possibilitou reinventar. Para isso, é preciso reinventar a própria política, o conhecimento científico e o campo dos direitos humanos.

¹Professor do Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFMG e coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH), da Fafich.

Fonte: Boletim UFMG – Opinião, nº 1880, Ano 41, 2014

A NECESSIDADE DE ENFRENTAR OS FANTASMAS

Araújo, B.S.¹

Passamos por muitas situações na vida das quais nos transformamos. Essas transformações podem ser positivas ou negativas. De qualquer modo podemos nos tornar mais fortes ou indefesos. Quando essas mudanças nos envolvem no ponto de vista do SER, as experiências podem nos trazer seqüelas das quais, muitas vezes não basta somente esquecer ou não querer lembrar, temos que nos tornar uma fênix e ressurgir das cinzas e enfrentar o ocorrido com a força e coragem de um dragão e a destreza de uma leoa em caça.

Na maioria das vezes nos fechamos por estarmos cansados de sermos menosprezados pelas pessoas, por não mais agüentarmos apanhar, por não mais querer sofrer e nem nos magoarmos. Há momentos em que falamos para nós mesmos que nossa alma está de dieta de tudo o que nos faz mal e nos recolhemos à nossa zona de conforto e de afabilidade de nós para com nós mesmo, não no sentido de auto-piedade, e sim tão somente de resguardo emocional e muitas vezes pessoal. Um tempo nosso. Apenas nosso. Pensar, refletir, chorar, reviver as emoções, realizar toda a catarse. Muitas vezes é preciso uma mordida no travesseiro, um chute na

parede, uma ida a praia a noite seguido de um grito ao nada, ao nada que nos acompanhou na trajetória dos momentos, essa é a nossa morte, o momento do nada com coisa alguma.

Passa-se o tempo e como a fênix nos refazemos. A ferida cicatriza, as emoções transformam-se, o que outrora foi, hoje não mais o será ou é. Eis o momento da metamorfose de fênix para dragão. Lutar, seguir, enfrentar, ser forte. Devemos ser forte, mas ao mesmo tempo pacientes. Não mais ingênuos. Não mais tolos. Crescemos, aprendemos, vivenciamos, não sucumbiremos mais ao erro, e se sucumbirmos retornamos sem problema ao estado de fênix, e recomeçaremos o ciclo. Assim como a leoa em caça cuidadosa e perspicaz diante a sua presa, agimos com tal cuidado e destreza. Não mais queremos sofrer, não pelo que já sofremos. Muitas pessoas se fecham decorrente desse medo. Medo sentimental, afetivo. É preciso lutar contra essa sombra que estará à espreitar. Pois caso contrário se sucumbir a ela, a tendência é apenas a depressão, neuroses e paranóias, muitas vezes até à psicoses e sociopatias. A queda será iminente.

Todos possuem o direito a expressão e a liberdade de opinião. Está na constituição Brasileira. É preciso que se lute e enfrente os fantasmas das fobias, discriminações e preceitos infundáveis de pessoas leigas nas causas das quais seguem com delitos sem fazerem idéia da realidade de um TODO. É preciso que se quebre os tabus de GÊNEROS e derrube a HIPOCRISIA.

O ser humano é um ser de relações, mesmo nascendo UNI temos a necessidade de sermos DOIS. Sim, nascemos da junção de DOIS que por meio de nós, se tornaram UNI. É o ciclo da vida. Lutamos do nascimento a morte. Entregar-se nunca é a

saída. Então cabeça erguida e passos adiante, é colocando um pé a frente do outro que damos nossos passos rumo à liberdade do medo e no caminhar de outras tantas conquistas. Se recuar que seja apenas para dar um impulso e nunca para voltar o caminho, pois regredir, jamais. Mas progredir, sempre.



Araújo, B.S. (Psicanalista)

Email: psicanalista_ba@hotmail.com

Skype: [psicanalista_ba](https://www.skype.com/pt/contacts/psicanalista_ba)

Escola e heteronormatividade: educar discriminando

Alan Villela Barroso

Quando abordamos o tema educação escolar, pressupomos diversas ações conjuntas entre o corpo docente e discente que busquem a construção do conhecimento, que se inicia dentro da instituição e transporta-se para a sociedade em geral, a fim de que alunos e alunas possam dar continuidade no processo de evolução dessa mesma sociedade, de maneira igualitária, em busca de avanços contínuos capazes de garantirem às gerações futuras o mundo no qual fazemos parte.

Os indivíduos são educados para conhecerem as coisas ao seu redor. Para saberem as suas funções, os seus sentidos, se posicionarem e criarem outras coisas. São educados para se relacionarem com as pessoas presentes em suas realidades, para descobrirem as histórias de seus antepassados e possibilitarem a construção de suas próprias histórias, nos tempos presente e futuro. São educados para compreenderem o significado das palavras, a

beleza de dizê-las e, às vezes, o peso de escutá-las.

Educamos, porque uma vez já fomos contemplados pela educação e adquirimos conhecimentos que nos tornam capazes de exercermos o papel de educadores e educadoras. Educamos porque existem indivíduos em formação e, educando, continuamos a nos formar, a aprender, a compreender a diversidade das coisas e dos sujeitos presentes no nosso meio e, a partir de toda essa educação, sabemos o significado da palavra "respeito" e como devemos, constantemente, ensinar e utilizar o seu significado em nossas relações cotidianas e sociais. Teoricamente.

A instituição escolar, por meio de sua variedade de discentes, faixas etárias e gêneros, é reconhecida como um espaço plural, diversificado e multicultural. Nas salas de aula, podemos perceber uma grande multiplicidade de sujeitos que se encontram em um mesmo espaço em busca da educação e se conectam para a construção da

mesma.

Mas, justamente neste espaço diversificado e multifacetado, repleto de sujeitos diferentes uns dos outros que contribuem para a pluralidade da escola, local onde todos se unem – educadores, educadoras e educandos – a fim de assimilarem, construir e adquirirem o tão almejado conhecimento, que a palavra "respeito" ganha novas variações de significados que contradizem o contexto em que a escola deveria atuar e a ação de educar.

Esta contradição está no fato de que a instituição escolar no Brasil possui seus parâmetros educacionais, de maneira geral, pautados na heteronormatividade. Ou seja: este local marcado pela presença de diferentes sujeitos, é marcado, também, pela presença de forte discriminação de pessoas que encontram-se fora de um padrão heteronormativo.

Podemos considerar heteronormatividade uma série de ações e situações onde pessoas de sexo oposto são os seus protagonistas. Nós vivemos em uma sociedade heteronormativa, uma vez que, para a grande maioria, existe um padrão social considerado "normal" e "aceitável" no que se refere ao ato de relacionar-se – afetivamente, sexualmente – com o outro, formado, exclusivamente, entre o sexo masculino e feminino. Sendo assim, todas as formas de expressões e relacionamentos que não se adequam a este padrão, sofrem discriminação e tornam-se marginalizados perante a grande maioria da sociedade. Estão inclusos nesta discriminação: gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

Voltando ao âmbito escolar, os



Bandeira LGBTTT desenhada por alunos durante prática pedagógica sobre Gênero e Diversidade, realizada entre o autor e turmas do 1º ano do ensino médio de uma escola pública de Minas Gerais.

padrões heteronormativos podem ser facilmente presenciados em seu cotidiano e, por muitas vezes, passam batidos aos olhos de alguns professores e professoras. Na verdade, o corpo docente colabora, muitas vezes, para a reprodução desses padrões, por considerarem, ingênuamente ou não, apenas formas de organização do trabalho escolar.

Organização pautada na divisão dos sujeitos, já que a heteronormatividade na escola busca manter separados os gêneros feminino e masculino, atribuindo atividades e grupos distintos para cada gênero.

Exemplos básicos que podemos perceber na maioria das instituições escolares são: divisão de cores que definem os sexos (azul = meninos; rosa = meninas), divisão de filas que dividem esses mesmos sexos, (uma fila de meninos; outra fila de meninas), nas atividades ofertadas durante as práticas físicas (meninos = futebol; meninas = handebol).

Vale perceber que a heteronor-

matividade é machista, inserindo a mulher em uma posição fragilizada e inferior em relação aos homens, atribuindo a elas atividades consideradas mais simples e que não envolvam excesso de força física, por exemplo.

A heteronormatividade na escola é divisória, mas não em todos os casos. Ela insere os gêneros masculino e feminino em um mesmo grupo quando busca retratar o conceito "ideal" e "correto" de constituição familiar do nosso país. Por exemplo, na quadrilha da festa junina, onde existe o noivo e a noiva e todos os pares são formados por homem e mulher, excluindo qualquer possibilidade de formação de pares que não sejam heteronormativos.

Mas, o que acontece com os sujeitos que não se enquadram dentro deste padrão no ambiente escolar? Com aquele menino que, em suas brincadeiras, dispensa os carrinhos, pois gosta de brincar com bonecas? Ou que prefere rosa ao azul? Com a menina que não gosta de jogar

queimada, já que prefere jogar futebol? Com a pessoa que gostaria de usar o banheiro de acordo com o seu gênero, mas é obrigada a usar aquele que refere-se ao seu sexo?

Para Victoria Tavares, mãe do Theodoro, 4 anos, a discriminação imposta pelo sistema heteronormativo da instituição escolar fez com que seu filho parasse de frequentar as aulas. Segundo a mesma:

"Meu filho tem 4 anos e nós sempre permitimos que ele brincasse com o que bem quisesse e ele sempre preferiu "brinquedos de menina". Isso nunca foi um problema, até ele começar a frequentar a escola. Há 2 meses ele não vai para escolinha, está triste porque alguns amiguinhos o chamam de menininha. Já conversei com ele, já conversei na escola e até já conversei com os pais das outras crianças. Um deles, inclusive, disse mesmo que acha um absurdo menino brincar de boneca e que não iria corrigir o filho dele, porque ele acha que o meu seja mesmo um "mariquinha". A escola disse que iria conversar com a turma, mas a situação continuou ocorrendo e agora ele não quer mais voltar para lá."

Percebemos, então, que para as pessoas que não se enxergam atuando e vivenciando dentro de padrões heteronormativos, o ambiente escolar pode se transformar em uma experiência repleta de violência e discriminação e, infelizmente, encontramos muitos professores e professoras que exercem suas funções de maneira parcial e discriminatória: percebem seus alunos e alunas, enxergam suas individualidades, presenciam as discriminações que sofrem, mas não se posicionam, não criam possibilidades de reflexão e respeito às diversidades entre os sujeitos, compactuando com a imposição heteronormativa da escola e da sociedade, contribuindo para a permanência da exclusão e discriminação. Docentes, que possuem esse papel tão importante de educar sujeitos, de mediar a construção dos saberes, por diversas vezes, contribuem para que se impere, no âmbito escolar, variadas formas de expressões e manifestações discriminatórias, que são transportadas diretamente para a sociedade.

O Governo Federal elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) de forma a colaborar com os docentes e instituições escolares para a formação de novas abordagens e metodologias no ensino. Dentro desses Parâmetros, possuímos um livro especial chamado "Temas Transversais", que buscam orientar a cerca do debate de variados temas dentro da escola, incluindo orientação sexual e pluralidade cultural. Segundo o documento:

"Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem. [...] Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. [...] O trabalho de Orientação Sexual visa propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa [...] assim como reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na escola. Propõem-se três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/

AIDS" (BRASIL, 1997, p.27-28).

Desta forma, podemos compreender que a discussão de gêneros e o respeito às pluralidades dos indivíduos são temas propostos, com diretrizes e abordagens para contribuir com a instituição escolar e o corpo docente, traçando um caminho inicial para o debate desses temas, de maneira igualitária e incluyente, já que "a discussão sobre gênero propicia o questionamento de papéis rigidamente estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis" (BRASIL, 1997, p.28).

O Ministério da Educação em parceria com diversos ministérios, entre eles a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, ofereceram em 2006 um curso piloto de "Gênero e Diversidade na Escola", que objetiva "oferecer aos educadores e às educadoras da rede pública do Ensino Básico uma noção de respeito e valorização da diversidade, que conduza ao respeito aos direitos humanos (BRASIL, s/a, s/p)". O curso, atualmente, é oferecido gratuitamente em diversas Universidades espalhadas pelo país, com frequentes aberturas de vagas.

Sendo assim, podemos perceber a forte existência de ações, já antigas, que buscam capacitar e formar docentes que saibam compreender, discutir e mediar o conhecimento para a diversidade, de forma a contribuir para a uma sociedade mais justa e igualitária. Todos nós temos direito à educação e informação e, quando atuamos no papel de formação de sujeitos, a nossa formação também precisa ser continuada e capacitada, desenvolvendo a nossa capacidade de compreensão diante da diversidade presente no ambiente escolar e de posicionamento perante as manifestações discriminatórias e violentas.

Como vimos, a escola é formada por uma realidade cultural e social bastante ampla e diversificada, com corpo docente que possui a função de facilitar o acesso ao conhecimento e na construção da autonomia e da moral dos discentes. Porém, dentro da realidade de nossas salas de aula, percebemos professores e professoras desestruturados e descabidos de conhecimentos teórico-práticos acerca das questões de diversidade sexual e gêneros. Diante de alunos e alunas que não se enquadram nos padrões heteronormativos, docentes silenciam-se e excluem, transformando seu papel de educadores e educadoras em uma ação de violência e discriminação. Discriminação à identidade,

ao corpo, à voz, à expressão, ao pensamento e à individualidade de alunos e alunas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais. Apresentação dos Temas Transversais, ética: ensino de 1ª a 4ª série. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível Em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>> acesso em: 20 out. 2014.

BRASIL. MEC. Diretrizes para o Curso Gênero e Diversidade na Escola. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/redediversidade/pdfs/gde.pdf>> acesso em: 20out. 2014.

Todos somos
IGUAIS e devemos
TER OS MESMOS
direitos

Mensagem de aluna durante prática pedagógica sobre Gênero e Diversidade, realizada entre o autor e turmas do 1º ano do ensino médio de uma escola pública de Minas Gerais.

Sugestões

Bibliográficas

Henrique Caproni

Sexo secreto: temas polêmicos da sexualidade

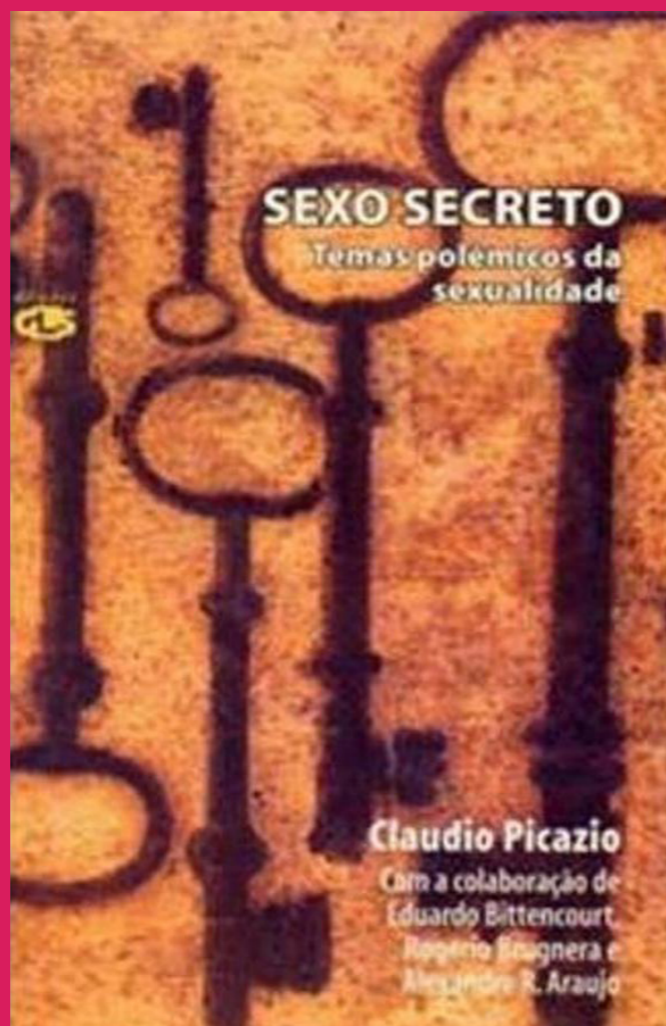
Autores: Claudio Picazio com a colaboração de Eduardo Bittencourt, Rogério Brugnera e Alexandre R. Araújo
Edições GLS. 2ª edição. Ano de 1998

O livro se propõe a ser uma introdução à diversas temáticas e categorias da sexualidade tais como a homossexualidade, a bissexualidade, as travestilidades, as transformistas, drag queens, cross dressers, perversões sexuais, pornografia, mitos, tabus e preconceitos, dentro outros. Assim, visa ser um guia inicial para professorxs, pais, mães, e todxs aquelxs que se interessam por tais questões, entendendo a sexualidade por sua complexidade "que se desmembra em vários pontos: nosso comportamento diante da vida, o ato sexual em si, a atração que sentimos por alguém, nossos desejos de felicidades e prazer, nossos preconceitos e valores morais, nosso corpo e o modo como o vemos..." (PICAZIO et al., 1998, p. 15).

Homofobia – história e crítica de um preconceito

Autor: Daniel Borrillo

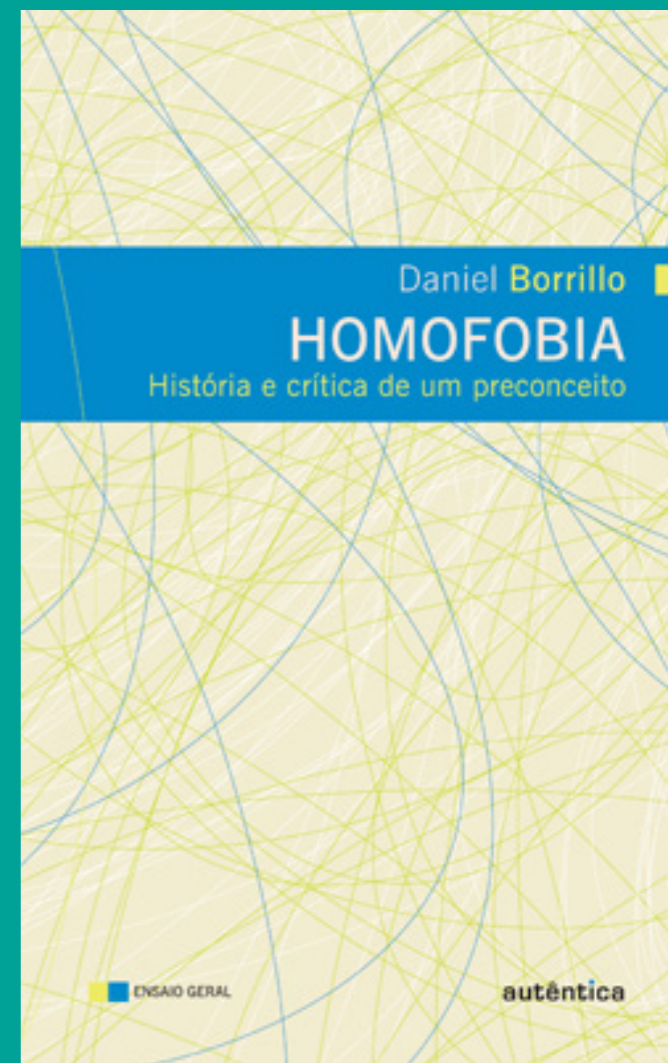
Tradução de João Guilherme de Freitas Ferreira



Editora Autêntica. Ano de 2010

É um livro que já se tornou referência nos estudos sobre preconceito e discriminação perante homossexuais no Brasil. Trazendo uma perspectiva crítica e histórica quanto ao conceito. Destacando que a análise da questão homofóbica produz uma mudança política e epistemológica: "epistemológica porque se trata não de conhecer ou compreender a origem e o funcionamento da homossexualidade, mas de analisar a hostilidade desencadeada por essa forma específica de orientação sexual; e política porque deixa de ser a questão homossexual (afinal de contas, banal do ponto de vista institucional!), mas precisamente a questão homofóbica que, a partir de agora, merece uma problematização específica". (BORRILLO, 2010, p. 14). Importante que também trata de reflexões para se lidar com a homofobia e com o heterossexismo.

"A banalização institucional implica que os grandes aparelho de poder normalizador – tais como a religião, o direito, a medicina e a psicanálise – renunciem a abordar a questão homossexual; deste modo, os gays e as lésbicas tem a possibilidade de criar, individualmente, sua própria identidade e de negociar suas contribuições a uma cultura específica" (BORRILLO, 2010, p. 14).





Fotos: Ponto de Memória da Terra Firma / PA

6º Fórum Nacional de Museus em Belém

Rede LGBT de Memória e Museologia Social presente na Teia da Memória 2014 durante o 6º Fórum Nacional de Museus em Belém

De 23 a 25 de novembro ocorreu em Belém a IV Teia da Memória que ocorreu durante o 6º Fórum Nacional de Museus. Trata-se de um encontro bianual dos pontos de memória, redes e iniciativas em memória e museologia social. Neste ano a pauta foi a aprovação da minuta que institui o Conselho de Gestão Participativa/Compartilhada do Programa Pontos de Memória. Este conselho foi formado de forma paritária entre membros da sociedade civil e Estado. A Rede LGBT de Memória e Museologia Social irá compor o conselho como suplente com seus representantes Viviane Rodrigues (Museu de Cultura Periférica) e Tony Boita (**Revista Memória LGBT**).

Destaca-se, a exposição Redes Plurais onde a Rede LGBT participa e apresenta as iniciativas em memória e museologia social que promovam a memória LGBT.



REVISTA MEMÓRIA LGBT

EM 2015

O Tema da 7ª Edição da Revista Memória LGBT será

Cinema+LGBT

Envie dicas, críticas, comentários, artigos, fotos, depoimentos do cinema Nacional e Internacional com temática LGBT

15 de fevereiro de 2015
revista@memorialgbt.com

REVISTA MEMÓRIA LGBT